

SÓCIO

# Pedro Metello de Nápoles

Integra a PLMJ desde 1995.  
É sócio e co-coordenador da área  
de Resolução de Litígios.

T (+351) 213 197 511  
pedro.metellogenapoles@plmj.pt



## Identificação pessoal e profissional

Pedro Metello de Nápoles, é Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1997, é sócio da PLMJ Advogados SP RL e é presentemente um dos Coordenadores da Área de Resolução de Litígios.

## Identificação pessoal e profissional

Pedro Metello de Nápoles, é Advogado inscrito na Ordem dos Advogados desde 1997, é sócio da PLMJ Advogados SP RL e é presentemente um dos Coordenadores da Área de Resolução de Litígios.

## Educação

Licenciou-se em 1995 pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa.

## Experiência Profissional

É desde 2006 sócio de PLMJ Advogados SP RL, onde ingressou em 1995. Em 2020 passou a ser um dos Coordenadores da Área de Resolução de Litígios. Antes, foi o Coordenador do Grupo de Arbitragem (desde 2018) e foi responsável pela coordenação da Angola Desk (entre 2012 e 2015).

Desde 1998 que tem vindo a especializar-se na área da arbitragem, tendo desde então estado envolvido como advogado em várias dezenas processos arbitrais, domésticos e internacionais. Parte significativa dessas arbitragens processou-se acordo com as Regras de Arbitragem da CCI - Câmara de Comércio Internacional (CCI), sendo as outras ou ad-hoc, ou de acordo com as Regras do Centro de Arbitragem da CCIP, do Instituto de Arbitragem Comercial Associação Comercial do Porto e do Centro de Arbitragem de Litígios Comerciais (OA) e do London Court of International Arbitration (LCIA).

É membro do International Court of Arbitration da ICC, membro do Comité de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional (CCI), bem como do Comité de Arbitragem Nacional da CCI em Portugal, de que é Vice-Presidente; da Associação Portuguesa de Arbitragem, de que atualmente faz parte da direção (desde 2016); desempenhou as funções de Secretário Executivo da Associação entre 2008 e 2012; no âmbito dessas funções integrou o grupo de trabalho que foi responsável pelo projeto da nova Lei de Arbitragem; do Club Español del Arbitraje; e da International Bar Association (IBA) (Arbitration Committee);

Está listado nos diretórios Chambers Global, Chambers Europe, WWL, Legal 500, Leaders League.

Integra as listas de árbitros de diversos Centros de Arbitragem, em Portugal, Brasil e Angola.

## Como Árbitro

- Árbitro no âmbito de arbitragem de acordo com as regras da CCIP relativa à construção de uma infraestrutura portuária – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Árbitro no âmbito de uma arbitragem LCIA relativa ao desenvolvimento de um centro comercial – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Árbitro no âmbito de uma arbitragem CCI relativa à operação de centrais de biomassa – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Presidente do Tribunal no âmbito de uma arbitragem ad-hoc relativa à exploração de uma rede de gás – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Presidente do Tribunal no âmbito de uma arbitragem de acordo com as regras da Concórdia envolvendo uma empresa espanhola e uma empresa portuguesa relativa a um litígio sobre pós-M&A – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Presidente do Tribunal no âmbito de uma arbitragem ad-hoc envolvendo um grupo Luso-Angolano

- e um grupo Português relativa a um litígio sobre M&A – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Árbitro no âmbito de uma arbitragem de acordo com as regras da CCIP envolvendo empresas portuguesas e um fundo de capital de risco, sobre uma disputa de M&A – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
  - Árbitro único no âmbito de uma arbitragem CCI opondo uma empresa Luxemburguesa a uma empresa Norte-Americana relativa a um litígio sobre M&A – lugar da arbitragem Barcelona e lei aplicável a Espanhola;
  - Diversos processos relacionados com patentes de medicamentos, seja como Árbitro ou Presidente do Tribunal.

## Como Advogado

- Em representação de um banco Português no âmbito de três arbitragens ad-hoc contra o Estado Português – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma sociedade com sede nos Países Baixos na execução de uma sentença ICSID contra um Estado;
- Em representação de um empreendimento turístico no âmbito de um litígio com um empreiteiro – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma empresa pública de Cabo Verde no âmbito de uma arbitragem CCI relativa à construção de uma central termoelétrica – lugar da arbitragem Zurique e lei aplicável a de Cabo Verde;
- Em representação de uma empresa pública Moçambicana no âmbito de uma arbitragem de acordo com as regras do PCA relativa ao fornecimento de equipamento para produção de energia solar – lugar da arbitragem Nairobi e lei aplicável a de Moçambique;
- Em representação do Estado de Cabo Verde numa arbitragem CCI contra uma empresa islandesa num litígio relativo à privatização de uma companhia aérea – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a de Cabo Verde;
- Em representação do Estado Português no âmbito de um litígio relativo à construção de um aproveitamento hidroelétrico – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma empresa de Hong-Kong no âmbito de um litígio com uma empresa Chinesa relativo à construção de um aproveitamento hidroelétrico em Angola– lugar da arbitragem Luanda e lei aplicável a Angolana;
- Em representação de um promotor de centros comerciais, em litígio com um consórcio sobre uma empreitada de construção – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;

- Em representação de um operador de telecomunicações, no âmbito de uma disputa com outro operador sobre um contrato para a construção de redes partilhadas de fibra – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma transportadora aérea Africana no âmbito de uma arbitragem ad-hoc contra o agente geral de vendas (GSA) – lugar da arbitragem Luanda e lei aplicável a Inglesa;
- Em representação de uma empresa petrolífera Chinesa no âmbito de uma arbitragem de acordo com as regras da LCIA contra dois parceiros angolanos relativa a um Joint Operating Agreement de um bloco petrolífero – lugar da arbitragem Londres e lei aplicável a Inglesa;
- Em representação de uma empresa de private equity no âmbito de uma arbitragem CCI contra uma empresa Portuguesa e relativa à aquisição de uma carteira de non-performing loans – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação dos administradores Judiciais de uma empresa do Luxemburgo no âmbito de uma arbitragem CCI conter um grupo Luxemburguês – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um produtor Português no âmbito de uma arbitragem ad-hoc contra uma empresa Austríaca sobre um contrato EPC relativo a uma refinaria de biodiesel – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um fundo de capital de risco Português no âmbito de uma arbitragem, de acordo com as regras da CCIP contra um conglomerado Português e sobre uma disputa de M&A– lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um fundo imobiliário alemão no âmbito de uma arbitragem ad-hoc contra uma empresa portuguesa, sobre a construção e aquisição de um edifício em Lisboa – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de um grupo hoteleiro português no âmbito de uma arbitragem, ad-hoc contra uma empresa de arquitetos, sobre um projeto de construção – lugar da arbitragem Lisboa e lei aplicável a Portuguesa;
- Em representação de uma empresa Portuguesa no âmbito de uma arbitragem CCI contra uma seguradora Angolana, relativa à construção de vários edifícios – lugar da arbitragem Luanda e lei aplicável a angolana;
- Em representação de uma empresa Irlandesa de materiais de construção no âmbito de uma arbitragem CCI contra uma empresa portuguesa, sobre um litígio entre acionistas – lugar da arbitragem Paris e lei aplicável a Portuguesa.

## Publicações

- 2023** – *Lei da Arbitragem Voluntária Anotada* (coautor), 6ª Edição, 2023, Almedina, Coimbra (e 5ª, 4ª 3ª, 2ª e 1ª edições, de 2021, 2019, 2017, 2015 e 2012);
- 2023** – *Arbitragem e Constituição*, 2023, Thomson Reuters Brasil/Revista dos Tribunais, (coautor “Arbitragem e Direito Constitucional em Portugal”);
- 2022** – *Convenção de Viena sobre Compra e Venda Internacional de Mercadorias - Anotação PLMJ* (coautor), 2022, Almedina;
- 2021** – *Portugal overview on arbitration in GAR* (coautor) - The European Arbitration Review 2021;
- 2020** – *Consequences of non-disclosure: a win for foul players? Decision of the Oberlandesgericht Frankfurt am Main (26 SchH 2/18), 24 January 2019* (coautor) - PLMJ Arbitration Review 04, 2020;
- 2017** – *Angola overview on arbitration in GAR* (coautor) - The Middle Eastern and African Arbitration Review 2017;
- 2017** – *Os critérios para aferição da razoabilidade dos honorários dos árbitros 7 (Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 14 de Julho de 2016)*, - PLMJ Arbitration Review 01, 2017;
- 2016** – *Contributos das Regras da IBA sobre Produção de Prova – Em Especial da Produção de Documentos em Poder da Contraparte*, in IX Congresso do Centro de Arbitragem Comercial, 2016, Almedina, Coimbra;
- 2016** – *Tecnimont v. Avax*, in 100 anos de Arbitragem – Os Casos Essenciais Comentados, Coimbra Editora, Coimbra, 2016;
- 2016** – *A Good Road for the Future* (coautor) – Portugal overview on arbitration in GAR - The European, Middle Eastern and African Arbitration Review 2016;
- 2015** – *All Quiet on the Western Front* (coautor)– Portugal overview on arbitration in GAR - The European, Middle Eastern and African Arbitration Review 2015;
- 2014** – *An analysis of Angola’s arbitration law: Is Angola an arbitration-friendly jurisdiction?*, em *Revue de Droit des Affaires Internationales*, 2014, nº3, Sweet & Maxwell;
- 2012** – *A Arbitragem e os Tribunais Estaduais – Alguns Aspectos Práticos* (coautor), in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Ano V – 2012, Almedina, Coimbra;
- 2012** – *Efeitos da Insolvência na Convenção de Arbitragem. Insuficiência Económica das Partes em Processo Arbitral*, in V Congresso do Centro de Arbitragem Comercial, 2012, Almedina, Coimbra;
- 2011** – *O Novo Regulamento de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional*, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Ano IV – 2011, Almedina, Coimbra;

- 2011** – *Cláusulas que imponen mecanismos de previa conciliación – de su ejecución y de las consecuencias de su incumplimiento* (coautor), in *Tratado de Derecho Arbitral - El Convenio Arbitral – Tomo II* (Obra colectiva sob a direção de Carlos Alberto Soto Coaguila), Pontificia Universidad Javeriana, Facultad de Ciencias Jurídicas / Grupo Editorial Ibañez / Instituto Peruano de Arbitraje, 2011, Bogotá;
- 2010** – *As Novas Regras da IBA sobre Produção de Prova em Arbitragem Internacional*, in *Revista Internacional de Arbitragem e Conciliação*, Ano III – 2010, Almedina, Coimbra

## Conferências

É regularmente convidado para falar em conferências nacionais e internacionais:

- CC Iberian Arbitration Day, Lisboa (novembro de 2023)
- 17th Rio de Janeiro International Arbitration Conference, Rio de Janeiro
- Encontros de Coimbra, Coimbra (março 2023);
- I e II Congresso da Construção, organizado pela Editora Almedina/PLMJ, Lisbon (março 2022 e maio de 2023);
- Conferencia organizada por RVA/PLMJ Colab sobre Infraestruturas em Angola, Luanda (fevereiro 2023);
- Curso sobre propriedade organizado pela CCI Portugal, Lisboa (novembro 2022);
- Workshop organizado pela Associação Portuguesa de Arbitragem sobre técnicas de condução do processo arbitral, Lisboa (novembro 2022);
- NOVA Summer School, Lisbon (julho 2022);
- Curso de pós-graduação organizado pela Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa, Portugal (diversas edições desde 2008);
- Conferência organizada pela Associação Portuguesa de Arbitragem sobre o Código de Boas Práticas para Peritos em Arbitragem, Lisboa (setembro 2020);
- ICC Iberian Day, Lisboa (maio 2019);
- IV Jornadas do Club Español del Arbitraje, Porto (março 2018);
- II Oxford Symposium on Comparative International Commercial Arbitration (Novembro 2017)
- Conferência de Arbitragem CCI em Luanda (maio 2017)
- VII Encontro da CIMA (Corte Civil y Mercantil de Arbitraje de Madrid), Lisbon (março 2017);
- Brazilian Arbitration Day, São Paulo (junho 2016);

- Seminário organizado pela Câmara de Comércio de Barlavento/Câmara de Comércio do Norte de Cabo Verde sobre Arbitragem e Conciliação, Cabo Verde (junho 2016);
- Seminário organizado pela CCI Portugal sobre o "Report on Decisions as to Costs", Lisbon (maio 2016);
- 1ª Conferência CCI em Moçambique, Maputo (janeiro 2016);
- Workshop CCI sobre arbitragem para entidades públicas, Maputo (janeiro 2016);
- Seminários de arbitragem organizado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (CIDP), Lisbon (outubro 2015);
- IX Congresso da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa, Lisboa (julho 2015);
- 1ª Conferência Internacional de Arbitragem, da Lusofonia, organizada pelo CREL, Luanda (Maio 2015);
- Seminários avançados de arbitragem CCI em Lisboa (novembro 2013) e Luanda (2014);

## Línguas

- Português (língua materna)
- Inglês (fluyente)
- Espanhol e Francês.

## Reconhecimentos internacionais

